

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

REQUERIMENTO N. DE 2025

(Do Sr. MARCIO HONAISSER)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a necessidade de implementação e ampliação da Assistência Técnica e Extensão Rural na Região Nordeste, com ênfase no estado do Maranhão.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de audiência pública para debater a implementação e os impactos da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na Região Nordeste, com ênfase no estado do Maranhão, para os pequenos produtores rurais com a presença dos seguintes convidados:

1. Representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
2. Representantes da FAEMA/SENAR-MA
3. Lideranças de associações e cooperativas de produtores rurais do Maranhão e da Região Nordeste;
4. Representante da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER
5. Representante da CNA/SENAR;
6. Representante da INAGRO;

JUSTIFICAÇÃO

A Região Nordeste concentra cerca de 38% dos estabelecimentos da agricultura familiar do país, segundo o Censo Agropecuário do IBGE. O Maranhão, em particular, destaca-se por sua diversidade produtiva e por integrar a Amazônia Legal, o que o torna estratégico para políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável.

Dados recentes apontam que o Maranhão possui mais de 280 mil estabelecimentos agropecuários, dos quais a maioria é composta por pequenos produtores. A produção agrícola do estado ultrapassa R\$ 11 bilhões em valor bruto,



com destaque para soja, milho, arroz, mandioca e banana. Apesar disso, o acesso à assistência técnica ainda é limitado: apenas cerca de 20% dos produtores maranhenses recebem algum tipo de ATER formal, o que compromete a produtividade, a sustentabilidade e a inclusão social no campo.

O ACT entre o MDA e o SENAR Nacional representa uma oportunidade concreta de ampliar a cobertura de ATER, promover capacitação técnica e fortalecer a agricultura familiar e o agronegócio regional. A audiência pública permitirá avaliar os critérios de implementação do acordo, ouvir os produtores e propor ajustes que garantam maior efetividade e equidade territorial.

Sala das Sessões, em de 2025.

Deputado MARCIO HONAISSER
(PDT/MA)

